

PAÍSES EMERGENTES E OS DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO NO CONTINENTE AFRICANO

Mariama Baldé¹
Luís Miguel Dias Caetano²

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar as relações de Países Emergentes e o Continente Africano nas duas primeiras décadas do século XXI. A Cooperação Sul-Sul é um modo de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento que compartilham desafios e experiências iguais. Essa cooperação difere da tradicional Cooperação Norte-Sul, onde países desenvolvidos do Hemisfério Norte colaboram com países em desenvolvimento do Hemisfério Sul. Em termos metodológicos, seguiu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, centrada na revisão bibliográfica, consultando fontes como artigos, livros, dissertações e teses selecionadas por recorte temático relacionado com objetivo proposto. Embora seja difícil reconhecer tanto a assimetria dos países emergentes (China e Brasil) quanto à heterogeneidade dos países subsaarianos, é preciso reconhecer algumas características importantes nesses relacionamentos. A China tem apresentado uma capacidade financeira expressiva, fundamental ao financiamento do comércio e, sobretudo, das obras infraestruturas – estas que tem ido o núcleo de sua atuação junto aos países africanos.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Continente Africano; Países Emergentes.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, baldemariama1997@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente, migueldias@unilab.edu.br²

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem se debatido muito acerca das relações feitas no quadro da cooperação Sul-Sul, sobre a vantagem e desvantagem entre os países emergentes. Cooperação é uma relação entre indivíduos, organizações ou estados com uma finalidade em comum, ou seja, um consenso. Nesse aspecto é sempre bom lembrar que a cooperação é uma relação recíproca, isto é, exige a colaboração ou contribuição de ambas partes envolvidas.

Muitas das visões dos políticos que nortearam o pensamento e as práticas no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento que surgiram bem antes de 1945, tendo como exemplo um dos programas pontuais de ajuda humanitária do governo dos Estados Unidos, dos projetos de assistência técnica e do apoio ao desenvolvimento das colônias pelas metrópoles europeias (SOUZA, 2014).

No entanto, a institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), por meio da emergência de normas, discursos, práticas, agendas e comportamentos de atores definidos de maneira mais organizada, regular e previsível, iniciou-se no contexto do final da Segunda Guerra Mundial. O que havia sido, até então, um conjunto de experiências temporárias, movidas por interesses políticos diplomáticos ou humanitários, com isso passaram a construir uma norma e um modo de atuação dos Estados nas relações internacionais.

Como tal, essa modalidade de relacionamento tem sido utilizada desde o século XVII, quando os Estados-nação foram elevados à categoria de atores internacionais em uma pretensa comunidade de nações, desde então até os dias atuais, onde foi sumida matrizes próprias de cada conjuntura internacional, na qual era estabelecida (CAIXETA, 2014).

Os países africanos têm um déficit no que diz respeito à exploração e aproveitamento dos seus recursos, que poderiam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos países, se fossem usados com racionalidade. Essa situação, leva os países a grande dependência das cooperações ou apoios internacionais.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, aplicou-se o conduto metodológico qualitativo fundamentalmente centrado na revisão bibliográfica, onde foram consultadas fontes bibliográficas identificadas com o objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Conceito de cooperação Sul-Sul e história

A institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) acompanhou o próprio processo de legitimação do multilateralismo, o que não implica, é claro, que os Estados tenham abandonado os seus interesses estratégicos nacionais na conclusão das agendas de cooperação internacional com os países do Norte ou do Sul. Uma das maiores tendências das relações internacionais contemporâneas é a ascensão econômica e política de certos atores estatais e transnacionais do “Sul global”, expressão cunhada do final da Guerra fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, tanto quanto os outros localizados em hemisfério Norte, que possuem indicadores do desenvolvimento médios e baixos.

Estes países são na maioria de jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos

independentes há mais de dois séculos - total de 150 Estados soberanos. O termo “Sul global” é designação simbólica para poder denominar uma ampla gama de nações em desenvolvimento, diversificadas em suas histórias, origens e tradição, com múltiplos enfoques no que se refere ao poder, à cultura ou à identidade.

O rótulo tem substituído e atualizado progressivamente a qualificação de “terceiro mundo”, na qual foram catalogados muitos países em desenvolvimento ao conquistar sua independência e inaugurar uma ordem internacional pós-colonial. O “Sul-global foi também interpretado como um “espaço de resistência híbrido”, menos dependente do “Norte global”. Inclui agentes públicos e privados que ocupam “uma posição estrutural de periferia ou semiperiferia no sistema mundo moderno” (SOUZA, 2014, p. 57).

Para Caixeta (2014), a cooperação sul-sul, nesse novo contexto do desenvolvimento humano, se apresenta como uma nova tendência no cenário da cooperação internacional. No que concerne sobretudo, à cooperação técnica, ela abre um espaço para reforma na dinâmica de relacionamento cooperativo entre os países demais atores do cenário internacional, ao propor novos princípios, métodos e objetivos.

As reivindicações dos países periféricos com vista à governança coletiva equilibrada, como defesa em prol do surgimento de novos conhecimentos, tanto em termos práticos-conceituais, quanto teórico-científicos a respeito do desenvolvimento humano, a cooperação internacional, como o seu próprio nome indica, é o acordo entre as nações a partir da convergência de interesses e com os propósitos em comum.

Primeiramente, devemos definir o termo - sul como sinônimo de países. Ele remete à nova divisão internacional surgida no pós-Guerra fria, em que o mundo não seria mais dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), em Norte tinha os (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul os (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia) essa era a divisão geográfica feita pela linha do equador remete a outra divisão, a ideologia que reivindica a ‘nova ordem internacional’ em benefício de maior equidade de poder no âmbito do concerto das nações.

A expressão ‘Sul-Sul’ tem sido muito questionada, porque na maioria das vezes o que fazem na prática não é o que tinham acordado. Há certa inconsistência terminológica em definir Sul como países em desenvolvimento, tem o exemplo de México (situado ao norte, mas país do Sul), Rússia (país emergente, situado ao Norte), Austrália e Nova Zelândia (países do Norte, situados ao Sul), só para citar também alguns.

Além disso, a questão da heterogeneidade entre os países que compõem este Sul mostra que Brasil, China, África do Sul e Índia ocupam posições de superioridade no cenário internacional, em relação a países como Guiné-Bissau e Haiti, pertencentes ao Sul global.

4.1. Efeitos práticos de atuação de China, Brasil e Índia e sua relação com os princípios fundantes da cooperação Sul-Sul

Apesar das várias críticas existentes a respeito da nova tendência, é reconhecida, sua contribuição para mudanças das relações internacionais. Sabe-se o quão questionáveis são os resultados para o desenvolvimento das nações trazidos por esses novos arranjos e, ainda, quão débil é a classificação das distintas cooperações com China, Brasil e Índia sob a mesma denominação. No entanto, a possibilidade de redefinição de poder tem sido citada como um dos impactos destes novos acordos, considerando-se a cooperação Sul-Sul como determinante para esta mudança de cenário.

Essa estratégia pode ser vista como um instrumento para que os países possam reequilibrar na política internacional. Ao mesmo tempo trazer mudanças, já que a ascensão do Sul introduz oportunidade de os países expressarem novos conhecimentos e visões de mundo. Desse modo, existe a expectativa de que tal tendência abra espaço para o surgimento de novas perspectivas, princípios, metodologias de gestão de

projetos e de novas formas de se lidar com o conhecimento e a realidade do outro, ressaltando os conhecimentos tradicionais, há muito tempo negligenciados e proscritos das pesquisas científicas, além de tomadas de decisões globais (CAIXETA, 2014).

Toda a confusão que engloba a cooperação Sul-Sul, no seu campo do desenvolvimento internacional e a demais, demonstram algumas dificuldades. A homogeneidade concernente às generalizações gera muitas inquietações e contradições, que evidencia a falta de consenso entre os governos dos países do Sul que praticam a cooperação Sul-Sul.

Apenas distintos entendimentos a respeito da definição da Cooperação Sul-Sul, mas ainda a sensibilidade do assunto, que está atrelada às estratégias resultantes do interesse nacional, distanciam os governos de países como Brasil, China, Índia, África do Sul e Argentina. Isso dificulta a sistematização de uma base de dados nos moldes do que tem sido feito pelo comitê de ajuda ao desenvolvimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico-CAD/OCDE, (CAIXETA, 2014).

O argumento central é que o relacionamento desses países emergentes com continente africano, apesar de possuírem padrões diferenciados, não só não reproduzem práticas (sub) imperialistas, como apresentam, em muitos aspectos, uma atuação anti-imperialista (PAUTASSO, 2013).

A China e Brasil têm apresentado comportamentos distintos desde década de 1980. O Brasil encerrou um longo ciclo de crescimento iniciado nos anos 1930, já a China consolidou o seu desenvolvimento, após os percalços ocorridos desde a Revolução chinesa (1949). Quanto a África, o Brasil tem recuado do continente a partir dos anos 1990, justamente no contexto em que a China retomou a sua presença nessa região do mundo. Nesse sentido, embora se reconheçam os dois países emergentes, nomeadamente China e Brasil na África subsaariana e na retomada da questão nacional tensões mundiais.

No caso da África, ao reduzirem o crédito para a exportação de bens e serviços e enxugar o corpo diplomático dedicado ao continente, o Brasil claramente alterou suas prioridades, perdendo a sua participação econômico-comercial e política naquela região, já a China, além do acelerado desenvolvimento econômico e fortalecimento do seu projeto nacional, retomou e aprofundou a presença na África nos anos 1990, como parte da universalização de sua política externa. Em essência, o governo chinês respondia a necessidades objetivas, tais como os riscos de isolamento (PAUTASSO, 2013, p. 73).

CONCLUSÕES

Embora seja difícil reconhecer tanto a assimetria dos países emergentes em tela (China e Brasil) quanto a heterogeneidade dos países subsaarianos, é preciso reconhecer algumas características importantes nesses relacionamentos. De um lado, a China tem apresentado uma capacidade financeira expressiva, fundamental ao financiamento do comércio e, sobretudo, das obras e infraestruturas – estas que têm sido o núcleo de sua atuação junto aos países africanos. No caso do Brasil, vê-se que a razão do enorme potencial em recursos naturais e energéticos, o país tem menos complementariedade e, em função das limitações financeiras, menor condição de alavancar os esforços na exportação de políticas públicas de êxito no país, por meio da cooperação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a comissão organizadora de VIII, a oportunidade, e aproveitar estender esses agradecimento ao meu orientador pelo tendo disponibilizado e ensinamento.

REFERÊNCIAS

CAIXETA, Bolfarine Marina. Cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose. Brasília, 2014.

PAUTASSO, Diego. China e Brasil na África Subsaariana e retomada da questão nacional. Tensões Mund. Fortaleza, v.9, n.17, p.61-82,2013.

SOUZA, de Melo André. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento / organizador: André de Mello e Souza. - [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p. : il., gráfs. Color

CRESWELL, J. W. Pesquisa qualitativa. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto, p. 296, 2010.